



1 **REUNIÃO ORDINÁRIA DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016.**

2 **ATA Nº 10/2.016** - Aos oito dias, do mês de novembro, do ano de dois  
3 mil e dezesseis, às nove horas e trinta minutos, na sala de reuniões do  
4 gabinete do Excelentíssimo Senhor Prefeito desta cidade, sito na Rua Des.  
5 Almeida Guimarães, 87, Pajuçara, compareceram ao nosso encontro os  
6 seguintes membros e convidados: Srs. Bernardo Bastos (APROMAL),  
7 Sérgio Studart (CGU), Fábio Soares (IFAL), Claudivan Costa (TCU), Diego  
8 Fonseca (APROMAL), Carlos Figueiredo Mourão (ANPM), Paulo  
9 Patriota (SMCI), Rodrigo Cunha (ALE/AL), Paulo de Castro Cotti Neto  
10 (AGU), Anthony Lima (OAB/AL), José William Gomes da Silva (CGU),  
11 Pedro Guido da Silva (ISV), Diogo S. Coutinho (SMCI), Ricardo  
12 Rodrigues (SINDJORNAL), José Carlos Castro (MPE/AL), Fernando Teles  
13 de Farias (CEDDH) e Sras. Maria Consuelo Correia (SINTEAL), Helenice  
14 Balbino Silva (SINTEAL), Maria Clara Bugarim (CGE/AL), Adriana  
15 Andrade Araújo (CGE/AL), Rosa Maria Barros Tenório (TCE/AL) e  
16 Edilma de Albuquerque Lins Barbosa (SINMED). **Item 1 da Pauta:**  
17 **Aprovação da Ata da reunião anterior** - Esta foi aprovada por  
18 unanimidade, sem ressalvas, após o conhecimento de seu teor por todos os  
19 presentes. **Item 2 da Pauta: Espaço para a SMCI** - O Sr. Coordenador,  
20 a exemplo das oportunidades anteriores, agradeceu a cessão do espaço da  
21 Prefeitura local para a realização de nossa reunião, destacando a  
22 importância da participação da Secretaria Municipal de Controle Interno,  
23 através de uma efetiva atuação de seus representantes, ao longo de um  
24 processo perfeito de integração e de apoio às realizações do FOCCO. Em  
25 seguida, o representante da SMCI disse da importância dessa aproximação;  
26 registrando, ainda, os resultados alcançados, a nível nacional, quanto à  
27 transparência dos trabalhos realizados pela municipalidade. Agradeceu a  
28 presença de todos, ao tempo em que registrou a possibilidade da criação de  
29 uma Ouvidoria na Prefeitura desta cidade. Ato contínuo, o Sr. Diego  
30 Fonseca procedeu a apresentação do Dr. Carlos Figueiredo Mourão,  
31 Presidente da Associação Nacional dos Procuradores Municipais (ANPM),  
32 que disse da satisfação de se encontrar em nossa cidade, com o objetivo de  
33 participar do XIII Congresso Brasileiro de Procuradores Municipais, evento  
34 que acontecerá a partir desta data até o dia 11 do corrente, no Hotel Jatiúca,  
35 com o propósito de proporcionar um debate aprofundado das práticas  
36 municipais. Concluiu o Dr. Mourão, convidando a todos os presentes a  
37 participarem da solenidade, destacando que o acontecimento reservará,  
38 também, um espaço para a apresentação de temas/palestras e troca de  
39 ideias sobre a atuação do Advogado Público Municipal. Voltando a intervir,  
40 o Sr. Diego Fonseca, apoiado pelo Sr. Bernardo Bastos, anunciou a justa  
41 homenagem que será prestada na referida cerimônia, ao Promotor de



42Justiça, nosso Coordenador, Dr. José Carlos Castro, com a concessão da  
43Comenda Graciliano Ramos, pelos relevantes serviços prestados à  
44comunidade alagoana em favor da probidade e eficiência na Administração  
45Pública. **Item 3 da Pauta: Providências em relação a processos em**  
46**atraso -Informações/Propostas** - O Sr. Coordenador citou 2(dois)  
47processos: o primeiro, referente ao julgamento da Operação Taturana,  
48suspensa mais uma vez, neste momento, sob a alegação de divergência  
49parcial por um dos eminentes desembargadores, após um pedido de vista,  
50anteriormente feito por outro magistrado; o segundo, relativo à ação por  
51improbidade movida pelo MP/AL, contra o ex-deputado, hoje conselheiro  
52do TCE/AL, Dr. Fernando Ribeiro Toledo, por dano ao erário durante seu  
53mandato como prefeito de Cajueiro, este concluso desde 19 de fevereiro do  
54corrente. Diante da evidente morosidade quanto à definição de referidas  
55demandas, foi sugerido que se oficie ao TJ/AL, no sentido de estimulá-lo a  
56um possível processo de agilização. O Sr. Sérgio Studart propôs, a título de  
57acelerar referida tramitação, levarmos ao conhecimento do Conselho  
58Nacional de Justiça, logo após a cobrança ao TJ/AL. Já o Sr. Pedro Guido,  
59sugeriu um estudo mais seguro, a exemplo dos citados, de outros pleitos  
60de repercussão, tendo em vista a lentidão do judiciário, em ambas as áreas  
61federal e estadual; ao mesmo tempo em que o Sr. Ricardo Rodrigues  
62registrou a falta de coerência da Assembleia Legislativa, ao divulgar  
63através da mídia, o processo de transparência por que passa a Casa de  
64Tavares Bastos. O Sr. Deputado, presente à reunião, endossou o coro  
65quanto à falta de lisura da ALE/AL. Encerrando o tema, o Sr. José William  
66acentuou a necessidade de colocarmos, também, na referida pauta, já  
67aprovada pelo colegiado, a resistência do não exame das contas da  
68Assembleia Legislativa pelo Tribunal de Contas do Estado. **Item4 da**  
69**Pauta: Apresentação do Deputado Estadual Rodrigo Cunha - Combate**  
70**à Corrupção/ Transparência nos Poderes Estaduais** - De início,  
71agradeceu a oportunidade a ele oferecida, de apresentar seu programa a  
72todos os órgãos e entidades integrantes do FOCCO presentes ao encontro.  
73Em seguida, passou à exposição da plataforma de fiscalização por ele  
74elaborada: “Monitora Alagoas”, que tem como objetivos acompanhar,  
75fiscalizar e cobrar as promessas de governo para todas as áreas, em  
76especial, para a saúde, educação, segurança e ciência e tecnologia. O  
77programa visa, acima de tudo, a delegação de poderes ao cidadão para  
78supervisão das obras públicas, diante das necessidades de sua comunidade.  
79Continuando, explicou a metodologia de seu programa, que compreende  
80cinco etapas: 1. Versão das secretarias responsáveis por essas políticas  
81públicas; 2. Análise das ações de cada meta a partir da Lei Orçamentária  
822016, do Plano Plurianual 2016/2019 e do Portal da Transparência de



83Alagoas; 3. Repercussão na imprensa alagoana; 4. Visitas técnicas e  
845. Análise do mandato com acompanhamento do Diário Oficial de Alagoas,  
85 para monitorar as mudanças no orçamento (suplementação e redução de  
86 recursos). ”O Monitora Alagoas é uma plataforma colaborativa e, por isso,  
87 o pleno acompanhamento dessas metas só será obtido com a participação  
88 dos alagoanos das diversas regiões do Estado”, ressaltou ele. A partir desse  
89 momento, registramos algumas intervenções dos presentes à reunião: a  
90 Sra. Clara Bugarim elogiou o trabalho do Deputado, que vem  
91 desempenhando muito bem seu papel na ALE/AL. Colocou o órgão por ela  
92 dirigido, à disposição do parlamentar. Destacou, por fim, a importância,  
93 também, do Sistema de Informações ao Cidadão (SIC), da Controladoria  
94 Geral do Estado. Já a Sra. Maria Consuelo, elogiou, do mesmo modo, o  
95 trabalho do ilustre Deputado, relevando, porém, a necessidade de uma  
96 fiscalização efetiva, da qualidade do alvo a ser monitorado. O Sr.  
97 Claudivan Costa, parabenizando, identicamente, o Parlamentar, perguntou  
98 se as informações apresentadas estão devidamente estruturadas, para  
99 cruzamento de dados com os órgãos de controle; o Deputado respondeu  
100 que referidos esclarecimentos estão à disposição, para serem utilizados pela  
101 população. Prontamente, o Sr. Pedro Guido valorizou, também, o trabalho  
102 do Parlamentar, salientando, porém, a imposição de haver uma fiscalização  
103 quanto ao custo do propósito a ser inspecionado, contando com uma  
104 presença mais efetiva da população, através do controle social. Já o Sr.  
105 Paulo de Castro destacou a importância da Lei de Acesso à Informação. O  
106 Sr. Coordenador disse da importância de um processo de transparência  
107 relacionado à utilização da verba de gabinete da Assembleia, agradecendo,  
108 em seguida, a presença do ilustre Deputado, que reconheceu, também, a  
109 oportunidade proporcionada pelo FOCCO, evidenciando, afinal, que a  
110 política não termina na hora do voto. **Item 5 da Pauta: Atuação na questão**  
111 **PRECATÓRIOS FUNDEF - Informações atualizadas/Propostas**  
112 **atuação** - O Sr. Coordenador disse da relevância do assunto, afirmando  
113 de sua preocupação no sentido de que referidos recursos, do extinto Fundo  
114 de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de  
115 Valorização do Magistério (FUNDEF) sejam, realmente, direcionados à  
116 educação, uma vez que há a previsibilidade de liberação desses haveres,  
117 que atingem o montante aproximado de R\$ 195 milhões. Lembrou, ainda, o  
118 problema havido em Canapi, em que foi constatado pela Polícia Federal e  
119 Ministério Público Estadual, um desvio de R\$ 11 milhões, que teve como  
120 resultante o afastamento do Prefeito da cidade. A apreensão e consequente  
121 atenção, prende-se ao fato de que das 19 cidades que serão contempladas,  
122 apenas Penedo e Estrela de Alagoas reelegeram seus gestores. Afirmou ele,  
123 ainda, que orientou o Ministério Público Federal sobre a imposição de que

124 referidos fundos sejam voltados à educação, não obstante o TCE/AL haver  
125 definido que 25% do valor seja aplicado na educação, 15% em saúde e o  
126 restante dos recursos para outras áreas essenciais, a exemplo da folha de  
127 pagamento. O Sr. Paulo de Castro informou da existência de controvérsias  
128 quanto aos índices utilizados na correção dos valores a serem liberados e,  
129 também, no que se refere aos honorários dos advogados e, ainda, quanto à  
130 obrigatoriedade da vinculação da verba, exclusivamente, à educação. Já o  
131 Sr. Sérgio Studart destacou a importância da decisão do TCE/AL, com  
132 relação ao rateio da verba, e que o importante é que haja uma efetiva  
133 fiscalização, no sentido de que ela seja realmente aplicada no município;  
134 enquanto a Sra. Maria Consuelo defendeu o cumprimento da lei, que os  
135 municípios que vêm recebendo verbas do FUNDEF destinem 60% dos  
136 recursos aos professores municipais que fazem jus à referida verba. A Sra.  
137 Rosa Tenório citou o Acórdão nº 1.128/2.016 que determina como os  
138 gestores deverão ratear a verba do FUNDEF, registrando, por outro lado, a  
139 necessidade de haver uma efetiva fiscalização na utilização desses haveres.  
140 Diante do que se discutiu, o Sr. Coordenador sugeriu a realização de uma  
141 reunião dos órgãos de controle, quando da liberação dos valores a serem  
142 creditados, visando uma solução no sentido de se inibir prováveis  
143 problemas. **Item 6 da Pauta: Espaço Livre/Informes – Dia Internacional**  
144 **de Combate à Corrupção/Evento AMA transição/Eventos Pretéritos e**  
145 **Futuros/Atualizações** - O Sr. Anthony Lima realizou uma breve  
146 apresentação, ainda, sobre os últimos acontecimentos relacionados aos  
147 Precatórios percebidos pelos municípios alagoanos, provenientes de ações  
148 de cobrança de diferenças do FUNDEF, através das quais informou que as  
149 administrações estão absolutamente conscientes de todos os problemas que  
150 afligem os municípios, inclusive no que se refere à educação. Concluiu,  
151 distribuindo entre os presentes alguns exemplares do trabalho realizado  
152 pela OAB/AL sobre a matéria, e afirmando ser juridicamente impossível,  
153 por diversas razões, a pretensão de vinculação total e incondicional dos  
154 precatórios à educação, e, especialmente de sua destinação ao FUNDEB.  
155 Sobre o Dia Internacional de Combate à Corrupção, a Controladoria Geral  
156 do Estado, através da Sra. Clara Bugarim, a quem caberá o planejamento  
157 do evento, afirmou que sua equipe está à frente da organização e que,  
158 posteriormente, irá proceder sua divulgação para conhecimento de todos. O  
159 Sr. José William definiu o auditório da Norcon Empresarial, localizado no  
160 prédio onde funciona a CGU, nesta cidade, para a realização da solenidade.  
161 A propósito, o Sr. Fernando Teles disse da intenção de uma representante  
162 do Parlamento Jovem Universitário, do FOCCO, de realizar uma  
163 apresentação folclórica, no DICC, que ficaria a cargo de um cordelista.  
164 Para tanto, colocou-se à disposição da Sra. Adriana Andrade, representante



165da CGE/AL, para esclarecer qualquer dúvida sobre a matéria. Em  
166referência à Campanha Transição Legal, o Sr. Coordenador participou,  
167juntamente com os órgãos de controle, do evento da Associação dos  
168Municípios Alagoanos(AMA), que aconteceu no Hotel Jatiúca, nesta  
169cidade, com o objetivo de discutir a mudança de gestores municipais. Os  
170atuais receberam recomendações para a instalação de uma comissão de  
171transição, visando a continuidade dos serviços prestados à comunidade;  
172enquanto os eleitos, que irão assumir em janeiro próximo, deverão receber  
173informações importantes sobre as especificidades da Lei de  
174Responsabilidade Fiscal(LRF). Disse ele, ainda, da importância da  
175iniciativa, classificando-a como uma quebra de paradigmas. Concluindo, o  
176Sr. Pedro Guido, sempre perseverante, voltou a insistir na necessidade de  
177tomarmos as seguintes providências: verificarmos as contas das entidades  
178de assistência social do município, cujos documentos já foram distribuídos  
179entre os membros da Coordenação do PJU; o processo de recolhimento do  
180Imposto de Renda, pelo Legislativo Municipal, de seus funcionários e dos  
181próprios edis; e o problema do não julgamento das contas do município  
182pela Câmara. **Item 7 da Pauta: Considerações Finais – Próxima reunião**  
183**prevista para 06 de dezembro/Local/Confraternização** –Foi confirmada  
184nossa reunião para o dia 6 de dezembro próximo, no Sindicato dos Médicos  
185de Alagoas, local tradicional de nossa confraternização natalina. Não  
186havendo mais nada a ser discutido, foi encerrada a reunião às 13 horas e 20  
187minutos, da qual, eu, Fernando Teles de Farias, Secretário Ad hoc, lavrei a  
188presente Ata, que vai, também, assinada pelo Sr. Coordenador e demais  
189membros presentes à reunião.

190

191

José Carlos Castro

192

Coordenador.

193

194

Fernando Teles de Farias

195

Secretário

196

197

Sr. Bernardo Bastos

198

APROMAL

199

200

Sérgio Studart

201

CGU

202

203

Fábio Soares

204

IFAL

205



|     |                             |
|-----|-----------------------------|
| 206 | Claudivan Costa             |
| 207 | TCU                         |
| 208 |                             |
| 209 | Diego Fonseca               |
| 210 | APROMAL                     |
| 211 |                             |
| 212 | Carlos Figueiredo Mourão    |
| 213 | ANPM                        |
| 214 |                             |
| 215 | Paulo Patriota              |
| 216 | SMCI                        |
| 217 |                             |
| 218 | Rodrigo Cunha               |
| 219 | ALE/AL                      |
| 220 |                             |
| 221 | Paulo de Castro Cotti Neto  |
| 222 | AGU                         |
| 223 |                             |
| 224 | Anthony Lima                |
| 225 | OAB/AL                      |
| 226 |                             |
| 227 | José William Gomes da Silva |
| 228 | CGU                         |
| 229 |                             |
| 230 | Pedro Guido da Silva        |
| 231 | ISV                         |
| 232 |                             |
| 233 | Diogo S. Coutinho           |
| 234 | SMCI                        |
| 235 |                             |
| 236 | Ricardo Rodrigues           |
| 237 | SINDJORNAL                  |
| 238 |                             |
| 239 | Maria Consuelo Correia      |
| 240 | SINTEAL                     |
| 241 |                             |
| 242 | Helenice Balbino Silva      |
| 243 | SINTEAL                     |
| 244 |                             |
| 245 | Maria Clara Bugarim         |
| 246 | CGE/AL                      |



|     |                                    |
|-----|------------------------------------|
| 248 | Adriana Andrade Araújo             |
| 249 | CGE/AL                             |
| 250 |                                    |
| 251 | Rosa Maria Barros Tenório          |
| 252 | TCE/AL                             |
| 253 |                                    |
| 254 | Edilma de Albuquerque Lins Barbosa |
| 255 | SINMED                             |